

# FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO CAMPO DA PSICOLOGIA\*

Formation and professional practice in the field of Psychology

*Marcos Corrêa da Silva Loureiro, da Universidade Federal de Goiás*

## RESUMO

A qualidade do exercício profissional no campo da Psicologia tem sido normalmente relacionada à formação propiciada pelos cursos. Não há, no entanto correlação totalmente positiva entre os dois termos dessa relação, uma vez que tanto o exercício quanto a formação são fenômenos históricos que, como tais, são determinados pelas características do tempo em que se realizam, o que torna impossível às instituições formadoras atingir a meta de uma formação que dê conta das vicissitudes do exercício profissional. A Psicologia, enquanto ciência social e humana, é marcada, em suas teorias, pela diversidade e divergência de diferentes visões de mundo presentes na sociedade, nem sempre percebidas pelos profissionais em formação, de modo que, no momento em que se vêm frente a frente com o exercício profissional, tendem a ressignificar a formação teórica segundo as exigências imediatas da cotidianidade.

Palavras chave: Formação. Exercício profissional. Psicologia. Teoria e prática.

*De que vale a ciência se não aliviar  
as agruras da existência humana?*  
(Berthold Brecht)

Se há alguma singeleza na relação entre formação e exercício profissional no campo da psicologia, esta é apenas aparente. Essa relação encerra, na verdade, a complexidade de que se revestem os temas das ciências humanas, cujo objeto, por sua múltipla determinação, não se dá facilmente a conhecer; ao contrário, exige um trabalho teórico acurado para que as aparências que o encobrem se revelem como tais e seja desvelada sua essência. Dentre a multiplicidade de recortes possíveis, a centralidade aqui será a da relação teoria-prática, representando

---

\* Artigo recebido em 25/08/2009 e aprovado em 30/09/2009.

o primeiro termo, a teoria, o campo da formação, e o segundo, a prática, o do exercício profissional.

Esse recorte se deve ao fato de que a prática reiterada em uma instituição formadora leva frequentemente a que se depare com a problemática dessa relação, que expressa uma questão sempre candente, seja para alunos, seja para professores, seja para elaboradores de projetos de curso e, ainda, para as instituições que os oferecem. Enfim, traduz o que se apresenta, de forma bem imediata, como uma relação problemática requerendo solução, vista, muitas vezes, de uma forma também imediatista que pode ser assim resumida: a formação que se realiza nos cursos de psicologia não dá conta da realidade tal qual ela é. Diante da constatação de que, na prática, a teoria sempre parece outra, costuma-se pensar que esse descompasso se deva a uma formação deficiente recebida nos cursos de Psicologia; como se a realidade sobre a qual deve debruçar-se o futuro profissional não fosse levada em consideração a contento nos projetos de curso.

A preocupação com a formação profissional, pois, está sempre presente na trajetória dos que atuam em instituições formadoras. Que essa formação deva ser teoricamente sólida parece hoje algo fora de discussão. No entanto, uma questão sempre recorrente é a assimilação dessa formação teórica pelos profissionais em formação deve-se apenas à qualidade da agência formadora, aí compreendidas a qualificação dos formadores, a seleção adequada de conteúdos e a capacidade de articular a contento as dimensões teoria e prática da formação. Uma hipótese plausível é a da existência de outros fatores, talvez de importância maior do que a que lhes é conferida, que, para além da formação *stricto sensu*, influem na atuação profissional. E importa, portanto, levar esses fatores em consideração. A experiência com a formação tem demonstrado, por exemplo, que um aluno pode, no momento da formação, parecer exemplar na assimilação dos conteúdos formativos; quando, no entanto, se observa posteriormente sua atuação profissional, parece tratar-se de pessoas diferentes. O contrário, obviamente, também acontece: um aluno mediano no período da formação tornar-se excelente profissional. Esses fatos sugerem não haver correlação totalmente positiva entre assimilação de conteúdo relevante e atuação profissional. Há algo que, no momento da formação, condiciona a assimilação do conhecimento teórico e no momento do exercício profissional, promove uma verdadeira adaptação daquele conhecimento às demandas imediatas da prática cotidiana. Fatos

que sugerem, ainda, que a formação profissional não se esgota nos muros das agências formadoras, mas que se inicia antes delas e se prolonga para depois delas.

Apesar disso, não deixa de ter fundo de verdade a concepção que atribui o descompasso entre formação e exercício profissional aos projetos de formação. Pode-se, com efeito, até afirmar, com certa dose de acerto, que os projetos formativos no campo da Psicologia não conseguem contemplar a diversidade da prática profissional. É possível, mesmo, supor que a formação profissional tenha um peso considerável na produção das dificuldades encontradas no exercício da profissão, desde que, no entanto, isso não seja visto de forma genérica e unilateral. Há, sim, na formação dificuldades de dar conta do campo profissional, mas há, também, no campo profissional características que se não impossibilitam, dificultam severamente a realização dessa formação tão desejada. É essa relação contraditória que merece, pois, que nos detenhamos sobre ela.

Do ponto de vista da formação, dois polos serão focalizados: o referente aos formadores, que buscam mediar o contato dos profissionais em formação com as teorias e as práticas que dizem respeito ao campo profissional e o pólo referente a esses últimos, que assimilam de maneira *sui generis* esse conjunto teórico-prático. Do ponto de vista do exercício profissional, novamente dois pólos serão considerados: de um lado, o profissional, cuja formação buscou dotá-lo de uma bagagem determinada de conhecimentos e habilidades e de outro, um campo de atuação que demanda dele uma prática determinada e com o qual deve relacionar-se munido dos conhecimentos e habilidades construídos na formação. A reflexão aqui realizada buscará entender teoricamente essa relação.

O primeiro pressuposto é o da inexistência de uma formação que dê conta da prática profissional por um simples e único motivo. Tanto uma quanto outra referem-se a realidades históricas, dinâmicas, em permanente construção. Diferentemente de práticas profissionais que lidam com as ciências naturais, as práticas das ciências sociais humanas, dentre as quais a psicologia, lidam com um objeto cuja natureza, contraditoriamente, consiste na negação do que é natural, consiste na construção cultural. Os homens não *são* simplesmente, naturalmente, mas constroem-se culturalmente na história; não são seres cujo comportamento seja facilmente previsível, pois são inúmeras as determinações que atuam sobre ele; conseqüentemente, os conhecimentos que objetivam dar conta da condição humana nunca realizarão essa tarefa a contento,

pois a natureza essencialmente histórica social e cultural do seu objeto os torna inacabados, em permanente construção. Dar conta dessa natureza implica, no máximo, apontar tendências, probabilidades, nunca certezas.

Por outro lado, as demandas advindas da prática requerem, muitas vezes, respostas imediatas, exigindo a construção de um conhecimento que dê respostas a demandas concretas do campo de atuação que, no fundo, estão relacionadas à produção da subsistência do profissional. Antes, pois, de serem atribuídas apenas a deficiências de formação do profissional, devem essas dificuldades ser debitadas às condições concretas sob as quais os projetos de formação são gestados e sob as quais é também exercida a profissão para cujo exercício essa formação se destina. A desconsideração dessas condições torna ineficaz qualquer projeto de formação profissional que se pretenda superador de um descompasso que não se esgota na relação entre formação e exercício profissional.

A reflexão sobre as implicações da natureza sociohistoricocultural dos homens, manifesta tanto nos que se submetem a essa formação profissional determinada, no caso, a de psicólogos, quanto nos responsáveis por essa formação e presente tanto nos que atuam no campo da psicologia, quanto nos alvos de sua atuação é, talvez, o ponto de partida para a compreensão desse descompasso. Ponto de partida que consiste, assim, na compreensão da complexidade da condição humana, consistindo, curiosamente, em se debruçar, nesse ponto específico, o das relações entre a formação e o exercício profissional, sobre o próprio objeto da psicologia: a condição humana. E debruçar-se sobre ela mediante a utilização do instrumento específico da academia, o da reflexão teórica.

Nunca é demais repetir a complexidade de que se reveste a condição humana. Os homens são seres complexos porque, por um lado, seu psiquismo não escapa aos determinantes naturais: é indubitável que compartilha com o dos outros animais características comuns. Mas, à diferença deles, os homens foram os únicos que, através do trabalho, reproduziram as condições de sua própria sobrevivência, o que os tornou animais especiais, não só por se modificarem frente às influências do meio, mas por terem ido além, por modificarem e transformarem também o meio em que vivem, atividade que, tendo sido desde sempre realizada em conjunto com outros homens, fez deles seres essencialmente sociais, por se construírem como homens na atividade compartilhada de modificar o mundo. Além disso, nessa atividade, ou, até mesmo, por causa dela, adquiriram sua capacidade de representar sua experiência passada

e, por isso, de planejar a futura. Essa capacidade de representação, de tornar de novo presente na mente a experiência vivida, propiciou-lhes a criação de uma linguagem articulada, que lhes permite a comunicação da experiência aos semelhantes, potencializando, assim, suas possibilidades de intervenção no mundo natural e permitindo que os outros homens continuem essa intervenção sem a necessidade de viverem, eles mesmos, a experiência dos que os precederam.

Esta articulação entre a dimensão biológica e sociocultural da natureza humana é uma questão central com a qual a Psicologia vem se debatendo desde suas origens. O homem é um ser que, antes de tudo, tem uma constituição que não surgiu *ex abrupto* no mundo animal, constituição responsável, inclusive, por sua manifestação como ser social. Berger e Luckman (1978) afirmam, inclusive, que a indeterminação original do organismo humano solicita a intervenção das normas sociais para sua estruturação, tornando a sociedade sua natureza. Há, no entanto, um hiato entre este fato empírico e sua explicação no nível teórico: a psicologia ainda não logrou a ruptura com o dualismo que, se do ponto de vista científico não se refere mais à existência de duas esferas – a física e a espiritual – ainda persiste na dicotomia entre o natural e o sociocultural.

Esta dificuldade da Psicologia de reconstruir teoricamente o seu objeto não se deve, entretanto, apenas à complexidade deste, mas também ao fato de os homens que a constroem como ciência incluírem-se, eles mesmos, no âmbito de sua própria explicação, o que os torna sujeito e objeto do seu próprio conhecimento. E, enquanto sujeitos, por possuírem uma essência social, têm sua relação com o objeto da sua ciência determinada pela estrutura da formação social no seio da qual esta acontece. Enquanto atividade social, porque humana, a ciência desempenha papel importante na sobrevivência da sociedade no seio da qual se realiza, não escapando a Psicologia a esse determinante fundamental. Ao realizar-se em uma sociedade concretamente fundada sobre a oposição de interesses de classe, a Psicologia está, desde suas origens, inserida em um contexto político, econômico e social historicamente determinado no qual se definem suas características concretas e, portanto, os seus limites do conhecimento da realidade humana; contexto cujo conhecimento é importante para se compreender, por exemplo, as características da formação e da atuação do psicólogo nesta sociedade.

Uma vez limitadas por sua inserção numa sociedade de classes com interesses opostos, as explicações psicológicas têm sofrido de

diferentes reducionismos; têm demonstrado uma dificuldade extrema de integrar em um mesmo tipo de explicação os diferentes determinantes do comportamento dos homens, alimentando-se permanentemente de explicações concorrentes que, por serem reducionistas, ou seja, por tomarem sempre a parte pelo todo, obviamente não dão conta da realidade que lhes cabe explicar.

Pode-se ver, desde já, que essa dificuldade de explicar a realidade, característica mais perceptível das relações entre o conhecimento assimilado na formação profissional e o exercício da profissão se deve à inserção social da psicologia como ciência. Sua explicação deve ser buscada, portanto, na história dessa sociedade uma vez que, sendo as idéias produções humanas sociais, não existe história das idéias independente das condições materiais da sociedade nas quais elas são produzidas. É claro que não se trata de uma dependência total, mas de uma autonomia relativa, ou seja, há idéias que, graças às contradições pelas quais a história se caracteriza, parecem adiantar-se ao seu tempo, muito embora as idéias que acabam predominando atendem sempre a interesses concretos dominantes na sociedade no momento em que são produzidas.

As origens da Psicologia como ciência remontam ao final do século XIX, mais precisamente ao ano de 1860, quando se deu a publicação dos Elementos de Psicofísica, de Fechner; o primeiro curso de uma Psicologia denominada científica foi inaugurado por Wundt, em 1862, mas o marco inicial de fundação da Psicologia Científica remonta a 1879, com a inauguração, também por Wundt, em Leipzig, na Alemanha, do primeiro laboratório de Psicologia Experimental.

Essas origens situam-se em um tempo em que, da França, estendiam-se para toda a Europa os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, nascidos de uma luta que, desde o final do século XVIII, a burguesia, os camponeses e os trabalhadores urbanos vinham travando contra seus inimigos comuns, o clero e a nobreza. Esses ideais tiveram enorme influência em grande parte do mundo ocidental, pelo qual se espalhou a crença na igualdade de oportunidades, na liberdade individual e na fraternidade entre os homens, ideais que deveriam caracterizar o mundo que os revolucionários franceses se propunham construir. Em lugar de creditado aos privilégios advindos do nascimento, o posto que os homens ocupam na sociedade passa a ser entendido como função do esforço e da capacidade individuais; em lugar da servidão e da exploração econômica, o trabalho livre e a livre iniciativa. O projeto de sociedade

em gestação – acreditava-se – colocaria o saber e o poder ao alcance de todos.

Mas o conceito de igualdade, fundamental no processo da Revolução Francesa, adquiriu, nesse processo, uma conotação bem específica: não se tratava da defesa da igualdade social, ou seja, não significou a defesa de uma sociedade sem desigualdades, mas a defesa de uma sociedade justa, onde as possibilidades de ascensão social fossem garantidas a todos; tratava-se, em verdade, da defesa de uma sociedade na qual todos tivessem igualdade de oportunidades e fossem livres para usufruírem dessas oportunidades. Essa sociedade justa era imaginada em contraposição ao que era considerado pelas então classes ascendentes uma sociedade injusta, a sociedade feudal, na qual o posto ocupado pelos indivíduos estava definido pelo nascimento. Assim, no desenvolvimento histórico no qual a burguesia tornou-se classe dominante, do tripé igualdade-liberdade-fraternidade da revolução francesa, a liberdade dos indivíduos foi alçada ao pódio, a igualdade foi ressignificada e a fraternidade perdeu para a burguesia a razão de ser, uma vez, que agora dominante, não necessitava mais da solidariedade das demais classes.

À primeira vista, esta retomada da origem das idéias liberais pode parecer irrelevante para uma discussão das relações entre formação e campo profissional. No entanto, além de o Brasil estar inserido no modo de produção capitalista, as preocupações dos intelectuais brasileiros com a psicologia ocorreram num momento de colonialismo cultural, sobretudo sob influência da ciência e da filosofia francesas. Trata-se de uma época marcada pelo que Cruz Costa caracteriza como uma europeização da inteligência brasileira, voltada para os diferentes mercados da Europa, onde se supria e onde a realidade era esquecida (cf. PATTO, 1990). Caracterizada pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, a ideologia liberal perdurou; o século XIX, segundo Hobsbawn (1977) tinha como crença fundamental que o mundo da classe média estava aberto a todos e era por deficiência pessoal, individual, que alguns não conseguiam ter acesso a ela. Nunca se questionou o fato de que de que entre os menos aptos, entre os que não adentravam esse mundo, estavam, em sua maioria, os que não faziam parte da burguesia, ou seja, os trabalhadores industriais.

Em comparação com a sociedade feudal, no entanto, a nova ordem possibilitava, sim, a mobilidade social, o que constituía fator importante para a aparência de que as oportunidades estavam, de fato, ao

alcance de todos. Os testes psicológicos, por exemplo, contribuição da Psicologia nascente, contribuíram para reforçar essa visão de mundo, na medida em que os seus resultados confirmavam a superioridade dos mais bem colocados economicamente e a inferioridade dos menos dotados. Tal fato decorre de que os testes eram construídos segundo os princípios da mesma ideologia liberal e definiam como inteligência o que, segundo a ideologia liberal, era definido como inteligência. Seus resultados, portanto, apenas davam ares de cientificidade a uma ideologia, a de que os mais bem colocados socialmente são os mais bem dotados psicologicamente. Isto é expressão do fato de que o conhecimento científico – e o da Psicologia não foge à regra – pode ser expressão de interesses de classe no sentido de manter sua dominação.

Nesse sentido, no interior da lógica de funcionamento da nascente sociedade burguesa, do ponto de vista das classes que dominavam a sociedade naquele momento, o conhecimento psicológico não era visto como inadequado à prática social, uma vez que cumpria um papel na reprodução da sociedade burguesa, naturalizando, tornando naturais, as diferenças que são produzidas pela estrutura social. A implicação mais imediata que essa naturalização das características humanas traz é que as diferenças entre os homens passam a ser entendidas como devidas à natureza dos homens, às diferenças individuais entre eles e exime a estrutura social construída sobre a dominação de uma classe social sobre outra, de qualquer responsabilidade na produção tanto da riqueza quanto da pobreza.

Já nos referimos ao fato de que essa determinação social na construção das teorias não é, contudo, uma determinação total, mecânica que impossibilite a divergência. Basta atentar para o fato de que os grandes sistemas psicológicos, apesar de terem sido construídos todos na sociedade burguesa, e terem sido todos eles originários de épocas historicamente bem próximas, nem por isso coincidem e podem ser, até mesmo, divergentes. Isso não contradiz o fato que as idéias são históricas e características das sociedades em que surgem. A crença na liberdade e na autonomia das idéias, característica da ideologia burguesa, por ser condição fundamental para a existência da classe burguesa, condiciona todos na sociedade, inclusive os intelectuais, a acreditarem que a ciência busca sempre a verdade e, com base nessa crença, produzem-se teorias que podem até ser divergentes dos interesses burgueses, muitas vezes até opostos a eles. O importante a se considerar, no entanto, é que às

idéias divergentes resta a sina de serem consideradas idéias falsas, misticadoras, sem valor científico. A psicanálise, em suas origens, é um emblema dessa situação, pela rejeição de que foi vítima da sociedade médica de Viena. Além disso, há que se considerar, também, o modo como as idéias divergentes podem vir a ser assimiladas pela ideologia burguesa de modo a torná-las coerentes com o modo burguês de interpretar a realidade psíquica.

Essa origem, fortemente influenciada pelo liberalismo, que exalta as características dos indivíduos em detrimento da compreensão do homem como ser essencialmente social perdurou até hoje e, com a exacerbação dos princípios liberais defendidos pelo neoliberalismo, deixa marcas profundas em muitas teorias psicológicas. Essas, apesar do refinamento e da diversidade, têm em comum o fato de considerar o indivíduo isolado das relações sociais em que se forma e que lhe conferem a natureza. Ao se efetuar esse isolamento, sob a crença de ser possível o estudo de um indivíduo abstrato, não necessariamente referido a seres concretos, reais, históricos, escamoteiam-se as relações de dominação política e exploração econômica que, na base da sociedade burguesa, constituem as condições concretas de produção dos homens que constroem essa sociedade e, nessa construção, constroem-se a si mesmo como seres humanos.

Hoje em dia, no entanto, nas palavras de Maria Helena Patto,

depois de mais de um século de repúdio a qualquer ingerência da Filosofia e da eliminação de qualquer interesse pela História, a Psicologia vem retomando os valores humanistas e se mostrando ciente do caráter histórico de toda realidade social. As questões da ideologia e das relações de poder numa sociedade de classes vêm ocupando um espaço crescente no discurso da Psicologia; ao falar dos homens e das relações entre os homens, ela está deixando de tratar de abstrações e passa a se referir a homens concretos, historicamente constituídos. (1995, p. 10)

O raciocínio desenvolvido até aqui demonstra que divergências e oposições entre diferentes posições teóricas presentes na formação do psicólogo, mais do que uma deficiência da formação são, na verdade elemento necessariamente constitutivo dela.

O segundo pólo do campo formativo a que me referi diz respeito aos profissionais em formação. Esses consistem, na maioria dos casos, em jovens recém-saídos de uma adolescência, vivida no seio de uma

sociedade quase sempre intolerante com a diversidade e que, por isso, tende a considerar as idéias dominantes como a forma única e definitiva de se interpretar a realidade, ocultando com isso a divergência presente na produção teórica. Nesse momento de sua formação, na maioria dos casos, podem até nem se aperceber da natureza discordante de muitas teorias com as quais lidam. Recém saídos de um ensino médio no qual a ciência é representada como conhecimento infalível, do qual só resta estar a par sem muito questionamento, muitas vezes podem passar pelo ensino superior com essa mesma disposição na assimilação das teorias psicológicas. Assimilam as diferentes teorias como disciplinas constitutivas de um currículo compartimentado em diferentes partes integrantes de um todo, cuja assimilação, como todo não contraditório, é fundamental para a formação. As divergências e contradições de que esse todo é constituído podem, assim, passar despercebidas.

Assim, os profissionais em formação, em função de suas condições concretas de vida que, na maioria das vezes, incluem um distanciamento do campo da prática profissional, possuem uma forma característica de se relacionar com a formação muitas vezes em desacordo com a forma que poderia ser considerada a mais adequada de apropriação das teorias psicológicas. Quando se considera que o conhecimento se constrói em função das demandas que as condições concretas de vida colocam para os homens e se consideram as condições concretas de vida desses profissionais em formação, é fácil compreender que essas teorias passarão necessariamente por novo processo de assimilação quando eles se virem face a face com as demandas que advirão do exercício profissional.

O campo do exercício profissional apresenta uma complexidade maior, pois as demandas que coloca impõem soluções imediatas das quais depende muitas vezes a sobrevivência do profissional: ou este atende de forma imediata às demandas que lhe são postas ou passa a ser considerado inadequado para o posto que ocupa. O profissional em exercício passa, então a submeter seu conhecimento teórico a uma nova assimilação em função das exigências do mercado de trabalho, onde muitas vezes a irreflexão característica da cotidianidade (HELLER, 1992) passa a ser a regra. Conhecimentos corretos são os que dão melhores resultados e, na maioria das vezes, não se coloca a questão dos parâmetros em função dos quais esses resultados são julgados. Em terapia, por exemplo, não importa se os sintomas encobrem problemas mais sérios; o importante é libertar o paciente dos incômodos imediatos. Na empresa, não importa

que a adaptação do indivíduo ao ambiente se faça em função de uma maior exploração do seu trabalho; o importante é que, mesmo explorado, ele esteja adaptado ao ambiente de trabalho. Na escola, não importa que a confirmação, mediante psicodiagnóstico, de uma criança como problema seja parte do agravamento das dificuldades com que se defronta; ela não é mesmo capaz de se adaptar ao que a escola espera dela e encontrará, por certo, ocupações que não lhe exigirão grandes voos educativos.

Esses exemplos, aqui colocados de forma quase caricatural, não se referem de maneira alguma a maus profissionais. Ao contrário, o que se fez foi tentar reproduzir pensamentos do senso comum no julgamento de profissionais que atendem o que deles se espera no exercício profissional. Na sua qualidade de mercado, que é onde se realiza o exercício profissional, os conteúdos da formação normalmente são reassimilados às exigências desse mercado, no qual o exercício profissional tem um preço.

As reflexões realizadas até aqui são suficientes para a compreensão que as discrepâncias entre formação e exercício profissional no campo da psicologia são apenas aparentes. Em primeiro lugar, porque a formação não se esgota no momento do que hoje se convencionou chamar formação inicial. Depois, porque o exercício profissional demanda uma ressignificação dos conteúdos da formação inicial, que deve ser buscada em uma formação continuada. De modo que essa formação torna-se um processo permanente em que a forma já não comporta o que deveria ser seu conteúdo, o profissional.

Falta, apenas, uma reflexão final, com relação à formação, seja esta inicial seja continuada. Antes de se ocupar de profissionais, a formação se destina a seres humanos que, por sua vez, em seu campo profissional, lidarão também com seres humanos. Do ponto de vista ético, portanto, coloca-se a questão de se a formação realizada coloca-se como fim último a realização das potencialidades humanas, impedida de acontecer para todos os homens na sociedade burguesa, e não apenas o atendimento de demandas imediatas do mercado. Nesse sentido, não se pode furtar à confrontação das diferentes perspectivas teóricas, o que viria a superar o que a simples constatação de sua existência encobre: o caráter político inerente a essas diferentes perspectivas teóricas. As diferentes perspectivas presentes tanto no campo da formação quanto no do exercício profissional não existem simplesmente por uma incapacidade da área da psicologia de dar conta do seu objeto: esta, enquanto ciência social

humana, caracteriza-se por uma luta entre concepções divergentes e, muitas vezes antagônicas, que buscam, cada uma, sobrepor-se às demais.

Não se trata, pois, de considerar os descompassos entre formação e prática como resultantes de uma incapacidade das instâncias formadoras de elaborarem projetos formativos consonantes com a prática profissional. Trata-se, sim, de compreender que tanto o campo profissional quanto o campo formativo são constituídos por homens concretos que, em função das contradições da sociedade em que estão inseridos, possuem diferentes e, muitas vezes, divergentes visões de mundo, de sociedade e, portanto, do próprio objeto da psicologia, ou seja, da natureza do homem. Essas diferenças e divergências expressam-se nos projetos de curso, que se constituem, assim, na expressão da correlação das forças presentes nas diferentes instituições formadoras..

Essa correlação de forças, como toda realidade humana é cultural, social e histórica. Ou seja, as concepções dominantes têm variado no decorrer dos anos desde a implantação do primeiro curso de psicologia, embora não de uma forma linearmente teleológica, como se seguindo um roteiro evolutivo predeterminado, mas com avanços e recuos, expressão do modo como se configuram as diferentes visões no interior dos campos, profissional e formativo.

As universidades, enquanto instituições formadoras, estão comprometidas primordialmente com a produção do conhecimento revelador da realidade do seu objeto e não com demandas imediatas provenientes do campo do exercício profissional, inserido em um mercado de trabalho e, por isso, sujeito às flutuações desse mercado. E a solução dessas demandas motivadas por questões práticas, imediatas, nem sempre decorre de forma fluida e transparente do conhecimento teórico produzido nas universidades.

Nesse sentido, o exercício do debate interno, da liberdade de expressão, da confrontação e da divergência é fundamental para possibilitar a percepção de que a prática social, principalmente em uma sociedade capitalista, tem caminhado no sentido de negar a vocação do gênero humano para a emancipação e que, portanto, parodiando, Marx (1977), mais do que interpretar essa prática, importa transformá-la.

## ABSTRACT

The quality of professional practice in the field of Psychology has normally been related to the formation provided by courses. However, no totally positive correlation exists between the two terms of this relationship, since both practice and formation are historical phenomena and as such, are determined by the characteristics of the moment in which they are undertaken. This hinders the formation institutes from attaining their target of a formation which can deal with the vicissitudes of professional practice. In its theory, Psychology, as a social and human science, is characterized by the diversity and divergence of the different world views present in society, and which are not always perceived by the professional in formation, to the extent that when they find themselves facing professional practice, they tend to resignify the significance of theoretical formation according to immediate everyday demands.

Key-words: Formation. Professional practice. Psychology. Theory and practice.

## REFERÊNCIAS

BERGER, P. & LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1977.

PATTO, M. H. S. Prefácio. In: AZEVEDO, M. A.; MENIN, M. S. D. S. (orgs.). *Psicologia e Política – reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*. São Paulo: Cortez/Fapesp, 1995, p. 9-12.

\_\_\_\_\_. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1990.

## SOBRE O AUTOR:

Marcos Corrêa da Silva Loureiro é professor titular aposentado da Faculdade de Educação da UFG, onde atuou, nos cursos de graduação, na área de Psicologia da Educação e, no programa de pós-graduação, na linha de pesquisa *Formação e Profissionalização Docente*. E-mail: loureimcs@hotmail.com